

# O ESTADO E SEUS IMPACTOS NA EMATER-PR\*

Odílio Sepulcri \*\*  
Nilson Maciel de Paula\*\*\*

## RESUMO

*Este artigo tem como objetivo analisar as principais transformações ocorridas na Emater-PR, de 1985 a 2004, e suas estratégias no contexto das transformações recentes no aparelho do Estado. Para tanto, a atenção está voltada à evolução da extensão rural e ao perfil do público predominantemente assistido por aquela instituição. São analisados os rumos da extensão rural no Paraná e as perspectivas para a instituição após a implementação de reformas no aparelho do Estado, no período citado. Ao longo do tempo, uma nova arquitetura das instituições oficiais, outrora voltadas ao desenvolvimento da agricultura, passou a refletir o processo de redefinição do papel desempenhado pela Emater-PR. Mais ainda, a emergência de novos agentes e organizações vem preenchendo o vácuo deixado pelo Estado, numa tendência que tem deixado aqueles produtores menos capitalizados e de menor potencial competitivo à margem do novo sistema de assistência técnica centrado no mercado. A fragilidade atual das instituições oficiais ligadas ao trabalho de assistência a esse público de agricultores torna significativa e desafiadora a tarefa de contribuir para que o segmento encontre melhores alternativas de sobrevivência em um mercado mais competitivo e alcance melhores condições sociais.*

*Palavras-chave: Emater-PR. Extensão rural. Extensionista. Embrater. Assistência técnica.*

## ABSTRACT

*This article aims to analyze the main changes undergone by Emater-PR from 1985 to 2004, and its strategies in the context of the recent changes in the State apparatus. For that, it focuses on the evolution of rural extension and on the profile of the public that is predominantly assisted by that institution. We analyzed the paths followed by rural extension in Parana and the prospects provided for this institution after the implementation of some reforms within the State apparatus, in the mentioned period. Throughout the time, a new architecture in the official institutions, formerly turned to agriculture development, has started to reflect a process*

---

\*Este artigo foi produzido a partir da dissertação "Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR) de Odílio Sepulcri, defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Mestrado Profissionalizante, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo como orientador o Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula.

\*\*Engenheiro agrônomo, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Técnico da Emater-PR. E-mail: odilio@emater.pr.gov.br

\*\*\*Economista, mestre em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), doutor em Economia pela Universidade de Londres – Reino Unido. Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da UFPR.

Artigo recebido para publicação em dezembro/2008. Aceito para publicação em maio/2009.

*of redefining the role performed by Emater-PR. More than this, the emergence of new agents and organizations has been filling the void left by the State, in a tendency that has made those producers less capitalized and with lower competitive potential, on the margins of the new technical assistance system centered on the market. The current frailty of the official assistance institutions that work with these agriculturalists makes significant and challenging the task of providing this segment with some better surviving alternatives in a more competitive market, so it can achieve better social conditions.*

*Keywords: Emater-PR. Rural extension. Extension agent. Embrater. Technical assistance.*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as transformações ocorridas e os fatores determinantes nas estratégias e trajetórias institucionais da Emater-PR, diante das transformações que se deram no aparelho do Estado e das mudanças ocorridas na agricultura do Paraná, no período 1985-2004.

Para concretizar este estudo, o trabalho foi subdividido em dois itens. O primeiro trata da Emater no contexto das transformações do Estado mostrando as consequências das políticas neoliberais adotadas no período. O segundo aborda a redefinição das estratégias da Emater. Para tanto, são analisadas a prática do Estado em relação à Emater no período e a redefinição de suas estratégias nesse contexto.

As conclusões mostram que os agricultores familiares mais pobres ficaram à margem desse processo. As políticas públicas para a agricultura familiar são executadas, quase que exclusivamente, por três instituições (Emater, Secretarias Municipais de Agricultura e Cooperativas), havendo comprovada insuficiência desses serviços para atender à demanda desse público.

A difusão de inovações tecnológicas não é capaz, isoladamente, de resgatar os produtores familiares do processo de exclusão. Para tanto, há a necessidade de se rever o papel da Emater, o qual deveria ser definido na forma de "Agência de Desenvolvimento". Nesse sentido, sugere-se ampliar suas atividades nos campos relativos à geração de renda, provenientes de atividades agrícolas, geração de renda de atividades não-agrícolas, formação e construção de capacidades empreendedoras e gerenciais competitivas, fortalecimento do capital social, inclusão social e cidadania. Tais atividades deverão ser programadas em um formato de rede, para o desenvolvimento e inovação na agricultura familiar, a qual terá o papel de integrar os agricultores, preferencialmente de forma virtual, em grupos, representados por suas entidades, para que se beneficiem, através do compartilhamento de informações, aperfeiçoando-se com essa troca de experiências, conhecimentos, saberes e tecnologias. Afinal, é para a agricultura familiar na sua diversidade que a Emater está prioritariamente voltada, cabendo-lhe construir caminhos que a levem a desenvolver capacidade competitiva nos mercados em que atua.

## 1 A EMATER-PR NO CONTEXTO DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

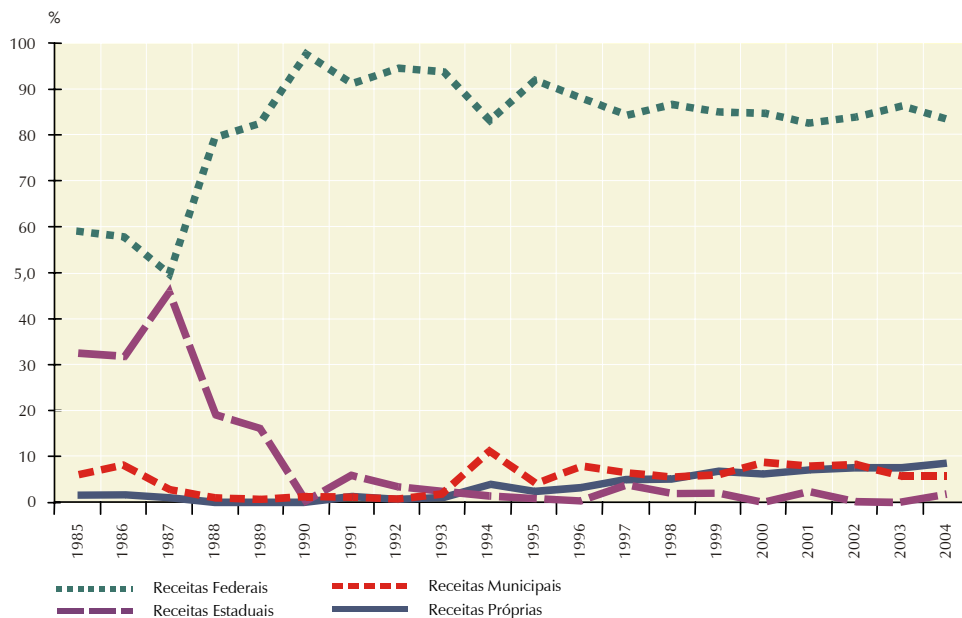
No Brasil, a liberalização comercial teve início no final da década de 1980, sendo ampliada no princípio da década de 1990, com o governo Collor e o Plano Real, ocasionando uma drástica redução da proteção industrial, eliminação das taxas e das cotas de importação e redução das tarifas de exportação. Esse processo foi fortemente determinado pela disseminação no plano internacional do paradigma econômico delineado no Consenso de Washington.

Nesse contexto, a política neoliberal do governo Collor extinguiu várias instituições federais voltadas ao desenvolvimento da agricultura, entre as quais a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), com sérias consequências para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR), em função da redução de recursos e da falta de coordenação e de políticas públicas para o setor. Somente a Embrater era responsável por cerca de 40% dos recursos orçamentários da Emater. Em decorrência disso, o Estado, nos últimos anos, impôs à Emater restrições na capacidade de investimentos, ocasionando queda na qualidade dos serviços internos de apoio à ação extensionista, como renovação da frota e manutenção de veículos e serviços. Cabe destacar que as reformas do Estado brasileiro foram muito além do que preconiza o Consenso de Washington e do que foi aplicado nos países centrais, onde ainda predominam altos subsídios à agricultura e barreiras de proteção a produtos internos, como no caso da carne bovina, suína e de frango, soja, suco de laranja, açúcar, entre outros.

Ao se analisar o orçamento da Emater e sua aplicação no período 1985-2004 (gráfico 1), verifica-se que as receitas que custearam suas despesas foram provenientes de recursos federais, estaduais (Tesouro do Estado), municipais (prefeituras) e receitas próprias. Para a análise do comportamento das receitas, consideram-se dois períodos: o primeiro, de 1985 a 1989, quando a Embrater ainda existia e era uma fonte importante de recursos, e o segundo, de 1990 a 2004, após a extinção da Embrater.

As receitas de origem federal, de 1985 a 1989, atingiram uma média anual de 29,21%, chegando a 45,86% no ano de 1987, com uma média histórica em torno de 40%. No período 1990-2004, esses recursos tiveram uma drástica redução, passando a ser pouco significativos, representando uma média anual de 1,12%, atingindo seu pico em 1992, com 6,02%. Com isso, o governo do Paraná, através de seu Tesouro, passou a arcar com esse diferencial, que contou com participação de recursos dos projetos de desenvolvimento negociados com o BIRD/BID. Em face disto, as receitas de origem do Estado, de 1985 a 1989, representaram uma média de 65,83%, e no período 1990-2004 esse percentual chegou a 87,92%, indicando um acréscimo de 22,09%.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E RECEITAS PRÓPRIAS NO ORÇAMENTO DA EMATER-PR - 1985-2004



FONTE: Emater - PR (2005)

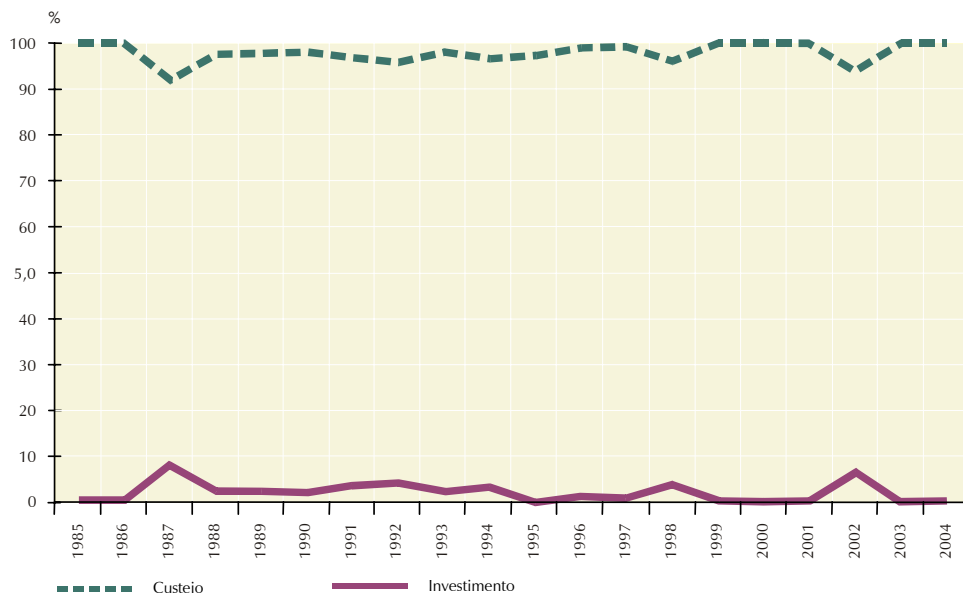
NOTA: Elaboração do autor.

As receitas de origem das prefeituras tiveram um comportamento semelhante às do Estado, com acréscimo significativo após a extinção da Embrater, passando de 1,01% para 4,55%. Esse acréscimo foi consequência da estratégia da Emater de captar mais recursos de outras fontes, após a drástica redução por parte do governo federal, com a extinção da Embrater. Com as receitas originárias de recursos próprios, o processo foi semelhante, passando de 3,94% para 5,64%, no período pós-1990.

Do que foi exposto em relação às receitas e suas fontes, destaca-se a forte dependência financeira da Emater em relação ao Tesouro do Estado, o que a deixa sem mobilidade para fazer os investimentos necessários à sua modernização, dada a baixa autonomia financeira.

Outro aspecto importante a ser levado em conta é a capacidade de investimento da Emater nos últimos 20 anos (gráfico 2), cujos volumes reduziram no período 1985-2004 em 2,76% dos seus gastos, sendo 3,37% no período 1985-1989 e 2,15% no período 1990-2004, tendência que se acentuou ainda mais após a extinção da Embrater. Em meados dos anos 2000, não havia garantia de recursos para investimentos, a não ser quando negociados de outras fontes. O restante dos gastos correspondia a custeio da empresa, envolvendo salários e encargos, que absorviam cerca de 80% deste, sendo os 20% restantes para serviços de manutenção e outros serviços.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS GASTOS FINANCEIROS DA EMATER-PR EM INVESTIMENTO E CUSTEIO - 1985-2004



FONTE: Emater - PR (2005)

NOTA: Elaboração do autor.

Na área de informática, a Emater, além de não atualizar tecnologicamente os seus equipamentos, não conseguiu informatizar todas as suas unidades – em 2004, 17 delas não estavam informatizadas, correspondendo a 4% do total. A empresa naquele momento possuía 801 equipamentos de informática, dos quais 37,5% estavam com tecnologia defasada (obsoleta), 25% encontravam-se com tecnologia semidefasada, e o restante (37,5%) apresentava tecnologia atualizada. Para atender à necessidade da empresa, haveria a condição inadiável de renovação dos equipamentos defasados, 62,5% do total existente, e ampliação da estrutura em mais 299 equipamentos. Essa situação afetava negativamente a empresa, tanto por comprometer a produtividade do trabalho do extensionista, quanto por dificultar o acesso a novas informações. Uma vez feita a atualização de equipamentos, haveria a necessidade de continuar renovando-os, com uma reposição anual de 20%.

O veículo é o principal meio de trabalho do extensionista, sem o qual ele não pode se deslocar até os agricultores e exercer seu papel de agente de desenvolvimento, uma vez que a maior parte do seu trabalho é executada nas propriedades rurais. O veículo proporciona ao extensionista a possibilidade de se deslocar às mais distantes comunidades do município para a concretização desse elo de comunicação e informação entre produtor e técnico.

Com relação à frota de veículos, verifica-se, pela tabela 1, que a Emater, que chegou a ter 1.118 veículos em 1995, possuía, em 2005, 905 veículos. Não ocorreu

apenas a redução da frota; a partir da redução dos recursos federais, esse quadro também se agrava pelo envelhecimento da mesma, pois naquele ano, 49,61% dela tinha mais de cinco anos de uso, considerada a vida útil mais econômica, atingindo 81,52% em 1997. Em 1992 foi efetuada a última reposição, com recursos negociados em nível federal, não havendo a partir de então outra renovação, tendo-se alcançado, em 2005, 49% da frota com mais de cinco anos de vida útil. Essa situação se agrava ainda mais ao se observar os veículos com mais de dez anos de vida útil – enquanto em 1990 havia 4,37% da frota com essa idade, em 2001 esse percentual atingiu 48,76% operando em condições precárias. Como consequência, a idade média dos veículos teve comportamento semelhante. Para manter essa frota atualizada, seria necessária uma renovação anual em torno de 20% e, para isso, seria preciso reservar cerca de 5% do orçamento anual da Emater para esse fim.

TABELA 1 - NÚMERO DE VEÍCULOS SEGUNDO A IDADE MÉDIA EM ANOS E PERCENTUAL NO INTERVALO SELECIONADO - EMATER-PR - 1984-2005

ANO	N.º DE VEÍCULOS	IDADE MÉDIA (ANOS)	IDADE MÉDIA (%)		
			1 a 5	≥ 5 < 10	≥ 10
1984	636	2,63	97,48	2,52	0,00
1985	658	3,51	83,59	16,41	0,15
1986	865	3,43	76,42	23,59	0,12
1987	949	4,03	69,76	30,25	0,11
1988	1018	4,69	48,43	51,57	0,49
1989	1021	5,07	44,37	55,63	1,08
1990	1008	5,49	50,40	49,61	4,37
1991	1061	5,15	60,51	39,50	5,66
1992	1111	5,84	44,10	55,89	9,90
1993	1109	6,84	36,43	63,57	25,97
1994	1052	7,49	32,51	67,49	21,67
1995	1118	7,99	30,50	64,50	29,96
1996	1089	8,09	31,96	68,04	25,53
1997	1039	8,79	18,48	81,52	41,77
1998	1095	8,06	25,48	74,52	38,08
1999	1041	8,80	26,80	73,20	41,31
2000	1041	9,80	25,84	74,16	47,74
2001	966	10,38	21,43	78,57	48,76
2002	910	4,00	66,37	33,63	17,14
2003	911	4,98	66,41	33,59	19,87
2004	905	5,91	51,05	49,95	19,34
2005	905	6,91	50,94	49,06	20,33

FONTE: Emater-PR (2005)

NOTA: Elaboração do autor.

A consequência desse baixo investimento levou a empresa a não se modernizar em áreas estratégicas, como da comunicação (rádio, jornal, tevê), biblioteca, gráfica, informática e renovação de sua frota de veículos. A Emater não renovou e reduziu a sua estrutura de recursos humanos em 38,12%, passando de 1.981 funcionários, em 1985, para 1.226 em 2004. De 1992 a 2005, não houve novas

contratações, deixando-se de renovar o quadro funcional da empresa. Dessa forma, no período citado, os técnicos que foram se aposentando não tiveram a oportunidade de transferir seus conhecimentos aos novos funcionários, exaurindo-se, assim, o capital intelectual da empresa.

## 2 REDEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DA EMATER-PR

Com a modernização e industrialização da agricultura, parte desse setor criou independência, pouco necessitando do Estado para o papel desempenhado na extensão rural pública. A estrutura da Emater envelheceu ao longo do tempo, tendo dificuldades de se modernizar em setores estratégicos, como informática, pessoal, comunicação, veículos e outros. As dificuldades enfrentadas pela Emater não são acidentais ou equivocadas, mas refletem a crise do Estado desenvolvimentista resultante das transformações estruturais ocorridas após os anos 90. Esse processo foi identificado na avaliação do Paraná 12 Meses (PERES; CANZIANI; GUIMARÃES, 2001).

### 2.1 PÚBLICO DA EXTENSÃO RURAL

A agricultura familiar, que em meados dos anos 90 representava 86,8% dos estabelecimentos rurais do Paraná, é assistida quase que exclusivamente por duas instituições, as Secretarias Municipais de Agricultura e a Emater, juntas responsáveis por 82,65% da execução das políticas públicas dirigidas a esse contingente. Existe, portanto, uma comprovada insuficiência dos serviços para atender à demanda da família dos agricultores, especialmente os mais pobres, que estão sendo excluídos do modelo de transformação tecnológica da agricultura.

A dimensão e a importância da Agricultura Familiar<sup>1</sup> (INCRA, 2000) podem ser observadas pela estratificação dos agricultores familiares, através de uma tipologia<sup>2</sup> que estabelece as diferenças socioeconômicas entre eles. Os agricultores familiares foram agrupados em quatro tipos: tipo A (capitalizados, de maiores rendas); tipo B (em processo de capitalização, de renda menor); tipo C (em processo de descapitalização, de baixa renda); e tipo D (descapitalizados, quase sem renda). Os autores fazem ressalvas sobre possíveis erros ocorridos na classificação, pela falta de informações na base de dados, em função de frustração de safras, aviltamento de preços etc.

---

<sup>1</sup>A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva." (INCRA, 2000, p.4).

<sup>2</sup>Tipo A, com renda total superior a três vezes o valor do custo oportunidade (VCO); tipo B, com renda total superior a uma vez até três vezes o VCO; tipo C, com renda total superior à metade até uma vez o VCO; tipo D, com renda total igual ou inferior à metade do VCO (valor da diária média estadual acrescida de 20%) (INCRA, 2000).

À luz dos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, a tipologia foi aplicada para o Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. A tabela 2 apresenta os resultados de maior interesse para o presente estudo. No Brasil, 85% do total de estabelecimentos são familiares e representam 30,5% da área total e 37,9% do valor bruto da produção, o que reforça a importância social da agricultura familiar<sup>3</sup> no processo produtivo.

TABELA 2 - NÚMERO E PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO TIPOS (A, B, C E D) - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 1995/1996

BRASIL/ REGIÃO	TIPOS	ESTABELECIMENTOS		ÁREA		VBP	
		Abs.	%	Mil hectares	Total (%)	R\$ bilhões	Total (%)
Brasil	A	406.291	8,4	24.141	6,8	9.156	19,2
	B	993.751	20,4	33.809	9,6	5.311	11,1
	C	823.547	16,9	18.218	5,2	1.707	3,6
	D	1.915.780	39,4	31.599	8,9	1.943	4,1
	Total	4.139.369	85,1	107.767	30,5	18.117	38,0
Região Sul	A	167.545	16,7	6.188	13,9	4.747	31,6
	B	325.132	32,4	6.784	15,3	2.594	17,3
	C	167.550	16,7	2.629	5,9	591	3,9
	D	247.408	24,6	3.826	8,6	642	4,3
	Total	907.635	90,4	19.427	43,7	8.574	57,1
Paraná	A	52.742	14,30	2.205	13,8	1.593	28,6
	B	100.258	27,00	2.056	12,9	683	12,3
	C	62.436	16,90	884	5,5	189	3,4
	D	105.944	28,60	1.395	8,7	217	3,9
	Total	321.380	86,80	6.540	41,0	2.682	48,2

FONTE: Inca (2000)

Sob o enfoque dessa tipologia, verifica-se que a agricultura familiar apresenta, no tipo A, 8,4% dos estabelecimentos, sendo o restante (76,7%) incluído nos demais tipos – B, C e D. De certa forma, essa classificação, apesar de ter se baseado em outra metodologia, confirma a tipologia feita por Kageyama (1997), donde se deduz que apenas o tipo A estaria integrado aos Complexos Agroindustriais (CAIs), o tipo B estaria nas duas tipologias intermediárias, e os tipos C e D fariam parte dos “produtos de pobre” da agricultura brasileira.

Quando se analisa a Região Sul do Brasil, os estabelecimentos familiares sobem para 90,4% do total, 43,78% da área total e 57,1% do valor bruto da produção. No Paraná, esses valores representam 86,9%, 41% e 48,2%, respectivamente. Dos agricultores familiares, cerca de 50% praticamente não possuem renda, apenas subsistem e detêm, no seu conjunto, menos de 15% da área, o que mostra a persistência da pobreza no meio rural paranaense (IPARDES, 2003), confirmando, de certa forma, as desigualdades apresentadas anteriormente.

<sup>3</sup>Lei 11.326, de 24/07/2006.

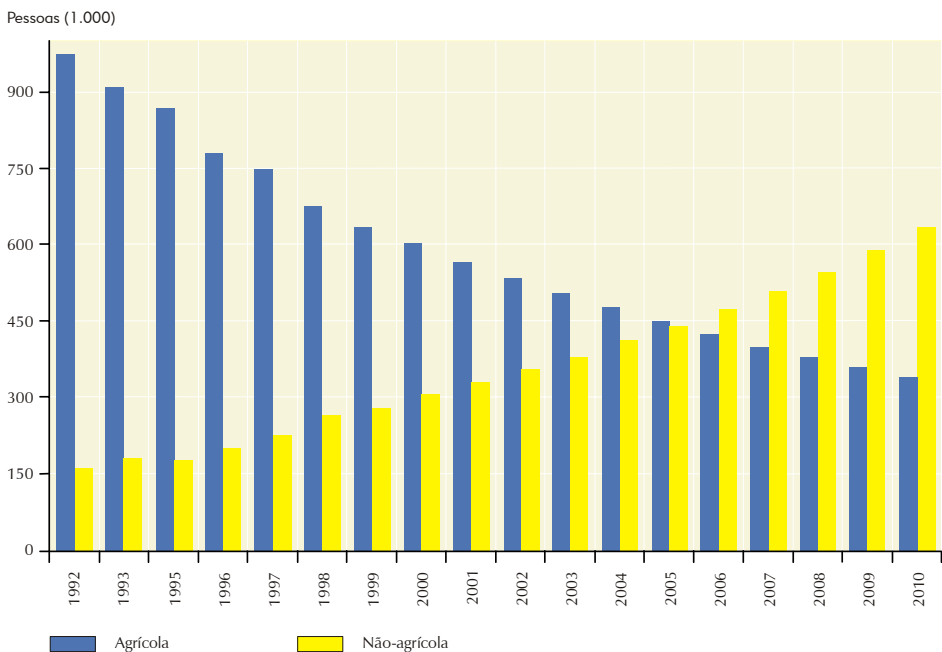


Esses dados reforçam a exclusão da agricultura familiar do processo global de modernização conservadora da agricultura, especialmente os tipos B, C e D, os quais representam 72,6% dos estabelecimentos rurais do Paraná. Durante um longo tempo, esse público foi preterido na definição das políticas públicas para o setor. Atualmente, a agricultura familiar passa a representar a nova fronteira do serviço público brasileiro de extensão rural, como aliás já faz parte da política de ATER do Dater/SAF/MDA, a partir de 2004, e da própria Emater.

Outro aspecto a ser considerado é que o rural não é mais sinônimo de exclusividade agrícola. As atividades rurais não-agrícolas estão cada vez mais presentes na composição da renda da maioria das famílias do meio rural. O crescimento dessas ocupações tem proporcionado o aumento da população economicamente ativa (PEA) rural ocupada, especialmente em São Paulo, onde, a partir de 1997, a PEA rural ocupada na agricultura é menor que a ocupada em atividades não-agrícolas.

Tem-se, portanto, que o espaço rural está passando e, certamente, ainda passará por transformações estruturais importantes, conforme sinalizam as projeções apresentadas no gráfico 3, relativas à distribuição da população rural do Paraná, segundo setor agrícola e não-agrícola de atividade.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1992-2010



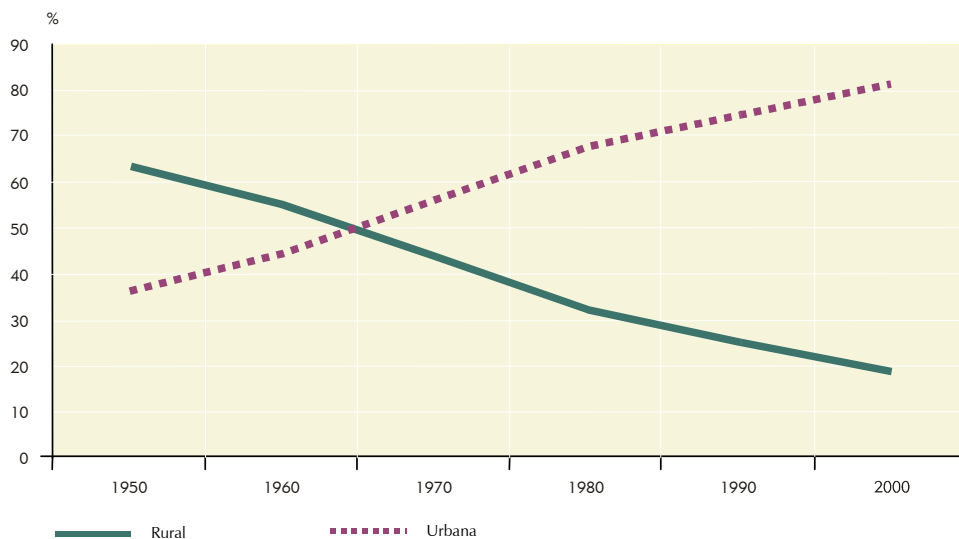
FONTE: Laurenti (2000, p. 30)

Seguindo essa tendência, as atividades não-agrícolas deverão estar presentes na constituição da renda da maioria das famílias habitantes do meio rural, como o turismo rural e ecológico, o lazer e outros serviços orientados para o público urbano; ou seja, o espaço rural passa a incorporar outras atividades, não típicas do setor agropecuário. Silva (1992) faz o seguinte comentário sobre essa questão:

(...) praticamente metade dos pobres rurais no Brasil são famílias constituídas só de empregados (agrícolas e não-agrícolas). E, para eles, qualquer solução não pode deixar de lado a questão da geração de empregos (não estou falando de ocupações) agrícolas e não-agrícolas. Nem da necessidade de se elevar a taxa de salário e particularmente o poder aquisitivo do salário mínimo, que é o grande balizador não só dos salários agrícolas, mas também da renda da agricultura familiar no Brasil (SILVA, 1992, p.12).

Há que se considerar também os efeitos do êxodo rural. Em 2005, mais de 50% da população mundial vivia em cidades que concentram também a maior parte da produção industrial. No Brasil, os resultados censitários de 2000 indicavam que cerca de 58% da população vivia em cidades com mais de 20 mil habitantes. A população urbana, que representava 36,2% em 1950, passou para 81,2% em 2000. O inverso ocorreu com a população rural: de 63,8%, em 1950, chegou a 18,8% em 2000 (gráfico 4).

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA - BRASIL - 1950-2000



FONTE: IBGE

No entanto, no Brasil, esse tipo de divisão populacional em áreas urbanas e rurais suscita relevantes discussões, pois se baseia em uma legislação federal que transfere aos municípios a competência para legislar sobre a definição dos contornos do perímetro urbano e, portanto, sobre a classificação da população nele contida.

Essa classificação legal, a população rural, pelo seu pequeno percentual e sua importância relativa como sociedade, é menor em relação à população urbana. Para alguns, essa baixa representatividade justificaria um menor direcionamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das áreas, uma vez que, seguindo as tendências atuais, em pouco tempo toda a população estaria nas cidades, provocando um grande vazio territorial no meio rural.

Para Veiga (2001), essa interpretação é anacrônica e obsoleta por estar baseada no Decreto-Lei n.º 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes de municípios existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Assim, toda a sede de município passou a ser espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação, e o perímetro urbano é definido pelo município isoladamente.

Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma localidade é considerada urbana quando sua densidade populacional atinge 150 habitantes/km<sup>2</sup>. Ao considerar esse critério, leva-se em conta a população total do município e a densidade demográfica. Veiga afirma que, no ano de 2000, somente 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes seriam considerados urbanos. Na classificação atual, 70% dos municípios são de densidade demográfica inferior a 40 habitantes por km<sup>2</sup>, o que leva a concluir que menos de 60% da população está efetivamente na rede urbana, e não 81,2%, tal como apontado pelas estatísticas oficiais.

Ao se aplicar essa metodologia no Paraná, chega-se a 220 municípios considerados rurais, o que representa 40,1% da população, e não os atuais 18,8%.

As ponderações acima sobre os diversos aspectos do público rural deverão ser consideradas na elaboração das políticas públicas direcionadas a esse contingente populacional, pois o seu número e sua representatividade são maiores que os revelados nas estatísticas oficiais.

## 2.2 O PAPEL ATUAL DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA

Diante do quadro apresentado, qual seria o papel da extensão rural pública? A insatisfação com os resultados desse serviço, na maioria dos países, levou à busca de soluções complementares ao setor público. Nesse sentido, identificaram-se três caminhos. O primeiro dá ênfase às ONGs, visando introduzir novas tecnologias sustentáveis e metodologias mais participativas. No segundo, os recursos públicos são repassados aos produtores, para que estes contratem os serviços privados de assistência técnica, conforme seus interesses. Geralmente, esses recursos vão diminuindo ao longo do tempo, com o aumento de recursos dos produtores, conforme o cronograma planejado entre as partes. O terceiro caminho restringe a participação do Estado nas soluções, ficando reservado esse papel às organizações de produtores, que controlariam os serviços agrícolas de que precisassem, sem esperar muito do Estado (GUSTAFSON, 1997).

Para resgatar os agricultores familiares excluídos do processo de modernização conservadora da agricultura, deve-se seguir a conclusão do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (1997), de manter o serviço público de assistência

técnica e extensão rural, diferentemente dos caminhos seguidos por outros países. Ao reconhecer as deficiências desse serviço para com a agricultura familiar, propõe-se uma reestruturação, com um maior controle social, através da participação dos produtores familiares organizados e dos extensionistas.

A ação da extensão rural, com suas ferramentas de trabalho, demonstrou não ser suficiente para resgatar esse público do processo de descapitalização e exclusão. Por outro lado, a ação da extensão também é criticada, pois o extensionista, ao participar da administração dos negócios públicos, deverá ter plena consciência de seu papel e de sua responsabilidade social perante aqueles que são os seus clientes, para os quais trabalha, que são os beneficiários dos programas públicos que executa. De modo geral, essa preocupação com os funcionários da extensão não é observada no cotidiano (OLIVEIRA, 1988, p.195). Por isso, cabe refletir sobre esses papéis e mudar o que for necessário, bem como readequar as políticas públicas voltadas para o setor.

Com relação à mudança do papel da extensão, cujas funções tradicionais estão nas dimensões educacional, comunicacional e tecnológica, cabe questionar qual seria esse papel para que ela possa ter uma contribuição mais efetiva no processo de desenvolvimento sustentável, com o objetivo de criar condições para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas (renda, saúde, educação, segurança etc.).

Segundo Amartya Sen, desenvolvimento como liberdade se refere à capacidade das pessoas e à liberdade para desfrutar a vida que preferirem (SEN, 2000). As liberdades, entretanto, dependem de condições sociais (educação, saúde, etc.) e políticas (liberdade de participar de associações e fiscalizações públicas). O desenvolvimento como liberdade envolve cinco princípios: a) a liberdade política; b) as facilidades econômicas; c) as oportunidades sociais; d) a garantia de transparência; e) a segurança protetora (SEN, 2000).

Para isso, a extensão rural deve atuar nas causas da pobreza, o que vai além de seu papel atual, ou seja, de ser “uma agência de desenvolvimento voltada a despertar o conjunto das energias locais capazes de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social” (ABRAMOVAY, 1997, p.211). O mesmo autor acrescenta que isso não significa que o extensionista tenha que resolver todos os problemas, mas que desempenhe um papel importante na articulação da agricultura com a gama de possibilidades do desenvolvimento local, buscando novas oportunidades, articulando com instituições afins e promovendo as parcerias necessárias ao atendimento dos objetivos dos agricultores.

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 1990), entre as causas da pobreza, destacam-se como principais: baixa renda, impossibilidade de manter o filho na escola para aumentar a renda da família e falta de recursos que possibilitem às pessoas o acesso às necessidades básicas; falta de influência e poder junto às instituições públicas e à sociedade; e vulnerabilidade e incapacidade de enfrentar choques diversos, como doenças, condições climáticas adversas, acidentes, efeitos de choques econômicos etc.

Para a solução dos problemas provocados pela pobreza, o Banco Mundial (1990) sugeriu incrementar políticas que promovam o crescimento com uso intensivo de mão-de-obra e ampla prestação de serviços sociais. Contudo, a partir de 2001/2002, a mesma organização mudou suas sugestões, em função de experiências anteriores, propondo que a pobreza fosse combatida através da promoção de oportunidades para alcançar um crescimento rápido, sustentável, em benefício dos pobres, diminuindo o impacto negativo do mercado junto a eles; promoção da autonomia, aumentando a capacidade das pessoas de exercer influência sobre as instituições públicas que afetam suas vidas, mediante o fortalecimento de sua participação na atividade política; melhoria da administração pública; reforço da capacidade reguladora do Estado; e melhoria da segurança, reduzindo as vulnerabilidades e os riscos dessa população.

### 2.3 NOVOS CAMINHOS DA EXTENSÃO RURAL NO PARANÁ

Preocupada com o seu destino e com a necessidade de reformular a atuação da extensão diante das dificuldades apresentadas, a diretoria executiva da Emater (2003-2006) organizou um grupo de trabalho interno, visando elaborar uma proposta para os próximos anos. A referida proposta, dirigida ao público da agricultura familiar, elegeu como desafios para os próximos anos:

- executar programas oficiais e políticas públicas, bem como participar da formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento do meio rural, priorizando as regiões mais carentes;
- estruturar e implementar com parceiros propostas técnicas que viabilizem as unidades familiares;
- ampliar a abrangência do serviço de assistência técnica e extensão rural a um número maior de beneficiários;
- articular com parceiros e agentes em prol do desenvolvimento rural sustentável;
- aperfeiçoar instrumentos e metodologia de socialização de conhecimentos acumulados a um número maior de unidades familiares;
- fortalecer os arranjos produtivos locais;
- contribuir para o fortalecimento do tecido social paranaense, em especial nos municípios cuja economia tem base na agropecuária;
- revolucionar a comunicação com os atores do meio rural como forma de romper a morosidade e o isolamento que impedem uma melhor condição de vida à população rural;
- equacionar a questão administrativa: reposição de funções vagas – plano de carreira para os funcionários – passivo trabalhista e investimento para modernização institucional (EMATER - PARANÁ, 2004).

A proposta estabelece como papéis para a Emater:

- articular para o desenvolvimento;
- focar projetos prioritários;
- ampliar a capacidade de execução;
- organizar o sistema de ATER;
- elaborar e executar programas e políticas públicas;
- desenvolver ações que levem à sustentabilidade de modelos de produção das unidades familiares;
- desenvolver estudos e alternativas que dinamizem a economia local – Arranjos Produtivos Locais (EMATER - PARANÁ, 2004).

As mudanças propostas em relação ao serviço que a Emater já vem executando seriam:

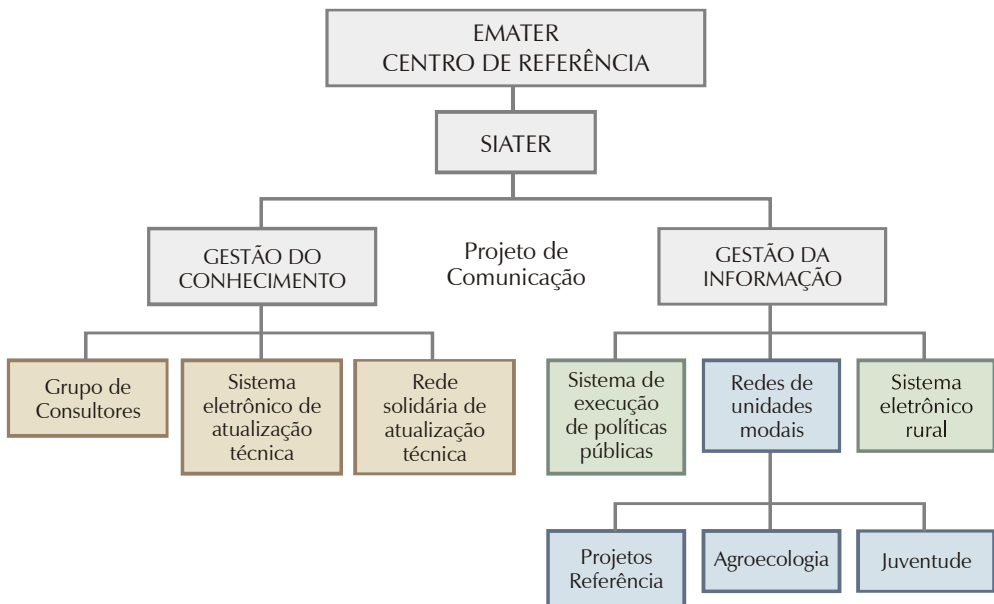
- transformar o escritório municipal da Emater em um centro de referência para o desenvolvimento rural sustentável do Estado;
- ampliar o número de agricultores familiares atendidos pela Emater;
- constituir-se em um serviço de maior qualidade e competência;
- constituir-se em pólo agregador do desenvolvimento;
- otimizar a relação custo/benefício do serviço (EMATER - PARANÁ, 2004).

Pela proposta do Sistema Integrado de Assistência Técnica e Extensão Rural - Siater (figura 1), o projeto de comunicação está organizado em dois eixos. O primeiro, de gestão do conhecimento, objetiva buscar a melhoria da qualidade do serviço prestado e será composto do grupo de consultores, sistema eletrônico de atualização técnica e rede solidária de cooperação técnica. O grupo de consultores agrega técnicos da Emater e de outras instituições (pesquisa, ensino e empresas privadas etc.) e será responsável pelo conhecimento técnico-científico da empresa. O sistema eletrônico de atualização técnica tem a finalidade de efetuar treinamentos a distância, com recursos da eletrônica, tanto para técnicos como para produtores. A rede solidária de cooperação institucional tem o objetivo de organizar os escritórios municipais da Emater para funcionar como pólo catalizador, agregador e difusor do conhecimento e do desenvolvimento, facilitando o acesso a programas de governo e informações técnicas para todo o público do meio rural. O centro de referência deverá coordenar as ações de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento local (entidades públicas, privadas, ONGs), formando o Siater.

O segundo eixo de gestão da informação é composto de um sistema de políticas públicas, rede de unidades modais e sistema eletrônico rural, que busca construir um banco de informações integradas e disponibilizá-las a todos os agricultores interessados, viabilizando soluções para o desenvolvimento territorial sustentável. O sistema de execução de políticas públicas será responsável pela execução dos

programas de governo de responsabilidade da extensão e pela organização das parcerias necessárias a seu êxito. As redes de unidades modais têm a finalidade de organizar todo o trabalho de difusão de tecnologia da extensão, incluindo os projetos-referência e os projetos estratégicos e econômicos executados pela Emater. O sistema eletrônico rural tem o papel de proporcionar aos agricultores e jovens o acesso à tecnologia digital, promovendo a inclusão digital destes.

FIGURA 1 - PROPOSTA DE GESTÃO INSTITUCIONAL - EMATER-PR



FONTE: EMATER - PR (2004)

Para a condução desse trabalho, a Emater optou, de imediato, pela criação de cinco áreas-piloto, com a finalidade de testar e realizar os ajustes necessários antes de sua implementação em todo o Estado.

Essa proposta contempla mudanças importantes e representa um avanço em relação ao que a Emater já executa, como, por exemplo, a transformação do escritório municipal em centro de referência, ao dotá-lo de todos os recursos atuais da informática; colocar a informação em tempo real à disposição dos agricultores; e constituir-se em um pólo agregador do desenvolvimento, assumindo o papel de articulação municipal do processo de desenvolvimento. Para isso, segundo a conclusão do grupo que elaborou a proposta, é preciso solucionar alguns entraves administrativos internos, renovando a estrutura, com a reposição de funções vagas, organizando um plano de carreira para os funcionários, viabilizando investimentos para a modernização institucional e equacionando o passivo trabalhista da empresa, que, em meados dos anos 2000, atingia cerca de R\$ 25 milhões.

Todavia, esse elenco de ações propostas não muda o papel central da Emater, de difusora de tecnologia, a qual, isoladamente, não é capaz de resgatar os produtores da exclusão. Embora a missão<sup>4</sup> da Emater<sup>5</sup> seja bastante abrangente e possibilite ações nesse sentido, tais ações não estão claras na proposta. Outro aspecto que chama a atenção é o eixo da autoridade e do poder. Ao transformar os escritórios municipais em centro de referência, o que é fundamental para a modernização do serviço de extensão, não são transferidos aos agricultores esses instrumentos, os quais são mantidos com o Estado, havendo necessidade de se criarem mecanismos para que os agricultores familiares se apropriem do conhecimento e busquem os seus objetivos com autonomia e “liberdade”, tornando-se verdadeiros cidadãos.

Embora a atuação da extensão rural pública esteja dirigida a todos os agricultores familiares, a prioridade deverá estar centrada nos públicos C e D,<sup>6</sup> com o objetivo de incorporar, ou incluir essa massa de agricultores no processo de desenvolvimento sustentável da agricultura, possibilitando a recuperação da cidadania e bem-estar (qualidade de vida) dessa população.

Observa-se, no Paraná, que os públicos C e D da agricultura familiar apresentam uma série de limitações, além das já amplamente conhecidas em trabalhos publicados, que impedem um melhor resultado de suas atividades. A inserção desse público no mercado, tanto para compras como para vendas de forma individualizada, parece ser a mais grave dessas limitações, ao não se beneficiarem do efeito escala obtido com a organização da produção, pelo maior volume comercializado, e de outras vantagens provenientes desse aumento da capacidade de negociação entre as partes. Essa falta de organização também reflete negativamente no acesso à terra, ao capital e aos serviços públicos à sua disposição. A maioria desse público vive com extrema dificuldade financeira, pois só obtém renda de uma ou duas safras anuais, o que não lhe permite poupar para financiar a safra seguinte, ficando na dependência de recursos do crédito rural (Pronaf), que geralmente atrasam, fazendo com que os agricultores percam a melhor época de plantio, deixem de comprar o melhor insumo, ficando com o que sobra no mercado. Dessa forma, com tantas desvantagens, o resultado é a obtenção de baixos rendimentos, sem o rompimento desse ciclo de pobreza, havendo necessidade de corrigir esses desvios para que os agricultores possam permanecer na atividade e sejam mais competitivos. As maiores restrições desses pequenos agricultores ao crescimento agrícola são o acesso ao capital e a necessidade dos produtores de se associarem, atraindo novos empreendedores (REZENDE, 2002).

---

<sup>4</sup>Missão da Emater-PR: contribuir de forma educativa e participativa para o desenvolvimento da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população rural (EMATER-PR, 2005).

<sup>5</sup>A Emater-PR foi transformada em Autarquia pela Lei 14.832, de 20/09/2005, passando a Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

<sup>6</sup>Conforme definição descrita na nota de rodapé 2.



Em resumo, as condições que inviabilizam a agricultura familiar são: difícil acesso à terra, má qualidade dos solos, arriscadas condições climáticas, ausência de direitos sociais mínimos, ausência de infra-estrutura produtiva, dificuldades de acesso aos mercados, tecnologia inapropriada e concorrência desigual com os grandes produtores ou importações (WEID, 2001, p.58).

O autor destaca que nenhuma dessas condições é imposta por fenômenos naturais, e sim pelo predomínio de interesses contrários à agricultura familiar, os quais poderão ser alterados por políticas públicas dirigidas aos interesses da agricultura familiar, desde que haja vontade política para tal.

Com relação às políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, podem ser considerados dois tipos de políticas: as políticas públicas de geração de renda, emprego, apoio à produção e ao desenvolvimento das atividades familiares, e as políticas públicas compensatórias, de inclusão social, que deverão ser direcionadas aos públicos tipo C e D.

As políticas públicas compensatórias são objeto de discussão, sendo defendidas por aqueles que acreditam numa política mais ativa do Estado, e combatidas pelos neoliberais, como se constata a seguir.

Há sobre esse assunto uma curiosa divergência existente entre os economistas brasileiros. De um lado estão os que propõem uma estratégia direta de combate à pobreza, que exigiria R\$ 34 bilhões por ano. Do outro, os que a repudiam por acreditar que tal desventura só diminui quando os pobres se tornam mais produtivos. O pomo da discórdia é, pois, a confiança no crescimento econômico. Para uns, a redução da pobreza induzida pelo crescimento é demasiadamente demorada. Para os outros, o único modo de apressá-la é corrigir desvantagens históricas e geográficas que habilitem os pobres a produzir mais. Em face do problema nordestino, por exemplo, estes desdenham os programas de renda mínima e clamam por medidas de estímulo ao crescimento econômico regional (VEIGA et al., 2001, p.64).

As políticas compensatórias deverão estar direcionadas para a recuperação dos direitos sociais e da cidadania das pessoas, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade desse grupo de produtores. Nesse sentido, já existem algumas políticas em andamento, como o Bolsa-Família (do programa Fome Zero, do governo federal), Luz Fraterna, Tarifa Social da Água e Leite das Crianças (do governo estadual). Porém, há a necessidade de uma maior integração entre essas políticas e da organização de um cadastramento único dos beneficiários, com informações das coordenadas geográficas, para acompanhamento, avaliação e verificação se todos os que necessitam estão sendo atendidos, bem como eliminação de possíveis distorções.

Ao sugerir qualquer ação para o aperfeiçoamento da extensão rural, deve-se ter em mente que o paradigma de Estado desenvolvimentista está sendo revisto, uma vez que provavelmente não se retornará à abundância de recursos e incentivos dos anos 70, pelas dificuldades por que passa o Estado, a partir dos anos 90. Qualquer proposta deverá estar em consonância com a estabilidade das políticas macroeconômicas do Estado (inflação, impostos, juros e câmbio).

Diante disso, fica o desafio de um novo papel para a Emater em relação à agricultura familiar paranaense. Esse papel não poderá retornar ao tempo do Estado patrocinador quase que exclusivo do desenvolvimento rural.

Dentro do que foi visto até o presente, e para que a Emater passe a atuar como uma Agência de Desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1997), sugere-se acrescentar ou ampliar suas atividades nos campos relativos a: geração de renda proveniente de atividades agrícolas, geração de renda de atividades não-agrícolas, formação e construção de capacidades empreendedoras e gerenciais competitivas, fortalecimento do capital social, inclusão social e cidadania. Essas atividades deverão estar organizadas em uma rede para o desenvolvimento e inovação da agricultura familiar, a qual terá o papel de integrar, virtualmente (*on line*), todos os agricultores familiares organizados em grupo, representados por suas organizações, para que se beneficiem, através do compartilhamento de informações, aperfeiçoando-se por essa troca de experiências, conhecimentos, saberes e tecnologias. As atividades são:

- Geração de renda proveniente de atividades agrícolas:
  - promover ações para o aumento da renda, bem como de oportunidades sustentáveis, ligadas a nichos de mercado locais e regionais;
  - promover atividades agregadoras de renda e geradoras de emprego, como a agroindústria familiar;
  - inserir os produtores de forma organizada no mercado de insumos e de produtos agroecológicos, na busca de um bom posicionamento mercadológico, fator estratégico para a geração de renda na agricultura familiar;
  - organizar grupos de produtores para o acesso ao capital produtivo (máquinas, equipamentos, animais, instalações, capital de giro etc.);
  - buscar a diferenciação dos produtos da agricultura familiar por meio de certificação de qualidade, certificação de origem, produtos típicos regionais, agroecológicos, orgânicos, promoção de produtos locais e regionais e de sua relação com o território de procedência;
  - promover estudo dos mercados locais e regionais e análises das cadeias distributivas;
  - incentivar a produção de energias alternativas e renováveis, com aproveitamento de biomassa, de resíduos etc.;
  - organizar a participação em feiras, contatos com redes de venda por correspondência, com centrais de compra e com redes de comércio eletrônico.
- Geração de renda proveniente de atividades não-agrícolas:
  - organizar políticas para a geração de renda e emprego no meio rural nas áreas de turismo rural e serviços em geral;
  - promover o ecoturismo (incluindo sistemas de reserva) e a pesca esportiva;

- promover investimentos turísticos relacionados à conservação da biodiversidade;
  - promover a capacitação profissional voltada à biodiversidade;
  - promover treinamento profissional voltado à promoção de inovações, nas atividades não-agrícolas;
  - estimular a difusão cultural do desenvolvimento sustentável;
  - valorizar o artesanato local.
- **Formação e construção de capacidades empreendedoras e gerenciais competitivas:**
- capacitar gerencialmente e promover investimentos na valorização de “especialidades” locais;
  - apoiar técnica e financeiramente a cooperação entre empresas, já em funcionamento;
  - fomentar a criação de empresas especializadas na prestação de serviços de mecanização agrícola, colheita de frutas e hortaliças, colheita de café e correlatos, para a geração de emprego e renda;
  - organizar *marketing* de rede para o desenvolvimento rural.
- **Fortalecimento do capital social:**
- apoiar a organização política dos agricultores familiares na conquista de seus direitos como cidadãos;
  - fortalecer a organização dos agricultores em sociedades previstas na legislação, como cooperativas, sindicatos, associações, condomínios, sociedades anônimas e outras de interesse para o seu desenvolvimento socioeconômico;
  - consolidar os movimentos associativos já citados nos outros itens.
- **Inclusão social e cidadania:**
- desenvolver ações para promover a autonomia e o aumento do poder de barganha dos agricultores familiares (organização para atividades econômicas e comunitárias, políticas reivindicatórias, acesso à informática, inclusão digital, educação continuada fora da escola formal etc.);
  - promover o acesso organizado dos agricultores familiares (tipos C e D) às políticas públicas compensatórias ou de distribuição de renda;
  - oportunizar ações para aumentar a segurança e diminuir a vulnerabilidade das famílias dos agricultores familiares, promovendo o acesso aos serviços sociais<sup>7</sup> e políticas públicas (saúde, educação, habitação, saneamento, lazer e previdência).

---

<sup>7</sup>São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Artigo 6.º da Constituição do Brasil, 1988).

## 2.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

As ações estratégicas ora citadas, acrescidas de outras de interesse dos atores locais, deverão compor o Plano de Desenvolvimento Sustentável Local<sup>8</sup>, o qual será organizado através do Plano Diretor<sup>9</sup> do município, a ser construído por Conselho Municipal, tendo assento nesse conselho todos os representados pelos grupos sociais locais, agentes econômicos, sociedade civil, poderes constituídos locais, com o apoio de atores externos, como as organizações de governo e as ONGs. Esse plano deverá ser resultante de ações múltiplas em diversas áreas (econômica, ambiental, social, política e cultural) e da organização dos capitais (físico, financeiro, natural, humano) e informações, no tempo e no espaço definidos por esse grupo de atores sociais, cabendo ao conselho a administração de interesses conflitantes entre os diversos atores em prol dos objetivos comuns do plano. A capacidade de mobilização e articulação desse conselho surge como uma dimensão fundamental, indicando que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel-chave nos resultados econômicos do plano.

O plano será o principal instrumento de gerência a ser utilizado pelo Conselho de Desenvolvimento e deverá ser gerenciado por uma comissão, cuja principal responsabilidade caberá ao seu secretário executivo, a ser indicado entre os membros dessa comissão. O referido plano deverá ter avaliações periódicas de seus objetivos e metas pelo público beneficiário, bem como revisões e atualizações anuais por parte do conselho.

## CONCLUSÕES

A partir dos anos 70 surgiram várias iniciativas visando suprir a carência do serviço de assistência técnica previamente proporcionado por instituições oficiais, com destaque para Organizações Não-Governamentais (ONGs) e para as empresas privadas.

Na disputa pelo agricultor empresarial, muitas vezes essas instituições e empresas concorrem entre si, com objetivos semelhantes, algumas delas patrocinadas pelos próprios produtores. Tais agentes, não raro, atendem ao mesmo público, enquanto um número significativo de produtores padece da falta de assistência, seja oficial ou privada. Dessa forma, o agricultor familiar mais pobre, caracterizado neste trabalho pelos tipos C e D, ficou à margem desse processo. As políticas públicas para a agricultura familiar são executadas, quase que exclusivamente, por três instituições (Emater-PR, Secretarias Municipais de Agricultura e Cooperativas), havendo comprovada insuficiência desses serviços para atender à demanda desse público.

---

<sup>8</sup>O desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais na implementação de mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local (comunitário, municipal ou sub-regional), com base nas potencialidades e no envolvimento da sociedade nos processos decisórios (BUARQUE, 1997).

<sup>9</sup>Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.

Entretanto, apesar do papel desempenhado pela Emater, a instituição vem passando por dificuldades que, se não equacionadas, poderão comprometer o seu futuro, tais como a falta de reposição de pessoal e a escassez de investimentos para renovar/atualizar setores estratégicos da instituição.

As dificuldades enfrentadas pela Emater não são acidentais ou equivocadas. Elas refletem a crise do Estado desenvolvimentista e estão sintonizadas com as tendências do aparelho do Estado, sendo reflexo das transformações estruturais ocorridas após os anos 90.

Mesmo com o desmonte do sistema em nível nacional, o Paraná conseguiu manter esse serviço atuante, sempre buscando aperfeiçoar os seus modelos de atuação e adaptar-se às restrições do momento, tornando-se referência para os demais estados brasileiros e mesmo para países da América Latina. Nesse sentido, o Estado, via extensão rural pública, tem um papel a desempenhar no resgate do agricultor familiar excluído do processo de transformação da agricultura.

A difusão de inovações tecnológicas não é capaz, isoladamente, de resgatar os produtores familiares do processo de exclusão. Para tanto, há a necessidade de se rever o papel da Emater, o qual deveria ser definido na forma de Agência de Desenvolvimento. Nesse sentido, sugere-se ampliar suas atividades nos campos relativos à geração de renda provenientes de atividades agrícolas, geração de renda de atividades não-agrícolas, formação e construção de capacidades empreendedoras e gerenciais competitivas, fortalecimento do capital social, inclusão social e cidadania. Tais atividades deverão estar organizadas em uma rede para o desenvolvimento e inovação da agricultura familiar, a qual terá o papel de integrar os agricultores familiares, que poderão se comunicar virtualmente, reunidos em grupo, representados por suas entidades, para que se beneficiem, através do compartilhamento de informações, aperfeiçoando-se com essa troca de experiências, conhecimentos, saberes e tecnologias. Afinal, é para a agricultura familiar na sua diversidade que a Emater está prioritariamente voltada, cabendo-lhe construir caminhos que a levem ao desenvolvimento da capacidade competitiva nos mercados em que atua.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. **Anais Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar.** Brasília: PNUD, 1997. p.203-218.

BANCO MUNDIAL. **Paraná Rural:** projeto de manejo e conservação do solo do Paraná: relatório final. jul. 1997.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990.** Rio de Janeiro: FGV, 1990.

- BIASI, C. A. F.; HENDERIKX, E. M. G. J. **Contribuição para a análise da extensão rural – EMATER - Paraná**. Curitiba, 1993. 132p. Apostila.
- BRANDENBURG, A. **Extensão rural: missão cumprida**. Curitiba, 1991. 18p. Apostila.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: MDA/SAF/ DATER, 2004. 23p.
- BUARQUE, S. C. **Desenvolvimento local e planejamento municipal** (roteiro de exposição preliminar). Recife: INCRA-IICA, 1997.
- CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- COMPARIN, E. L. **Tipificação de propriedades rurais no Estado do Paraná: subsídios aos programas de extensão rural**. 1986. 201f. Dissertação (Mestrado), UFRGS/IEPE, Porto Alegre, 1986.
- DE MUNER, M. L. O. **A prática extensionista como processo educativo no município de Jaguaré (ES): limitações e possibilidades**. 1997. 100f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1997.
- EMATER/ACARPA. **A extensão rural e o desenvolvimento**. Curitiba, 1986. 12p.
- EMATER/ACARPA. **A história que a extensão rural conta: ACARPA - 25 anos de extensão rural**. Curitiba, 1981.
- EMATER/ACARPA. **Extensão rural no Paraná, 1956-1980**. Curitiba, 1981. 33p.
- EMATER-PARANÁ. **A realidade da Emater**. Curitiba, 1996. 14p.
- EMATER-PARANÁ. **Atos constitutivos da Emater-Paraná**. Curitiba, 1989. 21p.
- EMATER-PARANÁ. **Projeto de modernização da Emater-PR: síntese**. Curitiba, 2001. 24p.
- EMATER-PARANÁ. **Relatórios de Atividades da Extensão Rural**. Curitiba, 1957-2003.
- EMATER-PARANÁ. **Sistema Integrado de Assistência Técnica - SIATER**. Curitiba, 2004. (Não publicado).
- EMBRAPA. Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de ação estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (1991/95)**. Brasília, 1991. 52p. (EMBRAPA-SER. Documentos,1).
- EMBRATER. **O governo federal e a assistência técnica e a extensão rural na década de 90**. uma proposta de atuação. Brasília, 1990. 32p.
- ESTÊVÃO, J. A. R. **O estado e o desenvolvimento económico** (elementos para uma orientação da leitura). Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG/UTL, 1999. Disponível em: <<http://www.eseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/estado.doc>>. Acesso em: 27 abr. 2005.
- FIGUEIREDO, R. P. de. **Extensão rural, extensão do capitalismo?** Análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979). Campinas, 1980. Projeto de tese, texto para discussão – FEAGRI, UNICAMP.

- FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192p.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 93p.
- GUSTAFSON, D. Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. **Anais Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. Brasília: PNUD, 1997. p.172-180.
- INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. 74 p. Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA.
- IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003. 55p.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1997. p.113-223.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LAURENTI, Antonio Carlos. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA: OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS, 2000, Londrina. **ORNAs – ocupações rurais não agrícolas: anais**. Londrina: IAPAR, 2000. p. 1-33.
- MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 165p.
- MERTZ, U. T. **A extensão e o desenvolvimento rural**. 1993. 42f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.
- OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 523p.
- OLINGER, G. **Métodos de extensão rural**. Florianópolis: EPAGRI, 2001. 163p.
- OLIVEIRA, M. M. **A utopia extensionista: ensaios e notas**. Brasília: Embrater, 1988. 314p.
- PERES, F. C.; CANZIANI, J. R.; GUIMARÃES, V. D. A. **Relatório de avaliação do Projeto Paraná 12 meses para sua revisão de meio termo**. [S.l.: s.n.], 2001.
- PONTES, R. M. **A proposta participativa da extensão rural do Paraná de 1980 a 1986**. 1990. 133f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 1990.
- QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil: da anúnciação ao milagre da modernização agrícola**. 1987. 201f. Tese (Livre Docência) - ESALQ/USP, Piracicaba, 1987.
- REZENDE, M. de L. **Política agroindustrial e cadeias produtivas**. Rio de Janeiro: FGV/NBA em Gestão de Agribusiness, 2002. 132p.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília: **Anais Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. Brasília: PNUD, 1997.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: “o social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: Emater-RS, v.3, n.3, p.38-48, jul./set. 2002.

SILVA, A. A. **Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas**: um estudo através da EMATER – RS. Santa Maria (RS), 1992. 218f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 1992.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 108p. (Texto para discussão, 1) Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD).

VIEIRA, J. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: hoje e amanhã. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. **Anais Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Brasília: PNUD, 1997. p.132-136.

WADE, Robert. **Governing the Market. Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialisation**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WEID, J. E. da. Qual estratégia para o desenvolvimento rural? In: VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p.53-70. (Texto para discussão, 1). Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD).

WILLIAMSON, O. E. The politics and economics of redistribution and inefficiency. **Greek Economic Review**, v.17, n.2, p.115-136, 1995.

WORLD BANK. **The East Asian Miracle: Economic Growth and Policy**. New York: Oxford University Press, 1993.

WORLD BANK. **World Development Report 1991: The Challenge of Development**. New York: Oxford University Press, 1991.

WORLD BANK. **World Development Report 1997: The State in a Changing World**. New York: Oxford University Press. 1997.